Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

FRANCISCO JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA DO CAMPO: A CONTRIBUIÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA TOMADA DE DECISÕES.

CAJAZEIRAS-PB
2025

FRANCISCO JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA

Gestão democrática na escola do campo: a contribuição da comunidade escolar na tomada de decisões.

Monografia apresentada ao Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Formação Docente para a Educação Básica da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Especialista

Orientadora: Profa. Dra. Rozilene Lopes de Sousa Alves.

CAJAZEIRAS-PB
2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

O482g Oliveira, Francisco José da Silva.
Gestão democrática na escola do campo: a contribuição da comunidade escolar na tomada de decisões / Francisco José da Silva Oliveira. – Cajazeiras, 2025.
34f.
Referências.

Orientador (a): Profa. Dra. Rozilene Lopes de Sousa Alves.
Monografia (Especialização em Formação Docente para a Educação Básica) UFCG/CFP, 2025.

1. Educação do campo. 2. Democratização na gestão. 3. Comunidade educativa. I. Alves, Rozilene Lopes de Sousa. II. Título.

UFCG/CFP/BS CDU – 37.018.51

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço - CRB-15/046

FRANCISCO JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA

Gestão democrática na escola do campo: a contribuição da comunidade escolar na tomada de decisões.

Monografia apresentada ao Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Formação Docente para a Educação Básica da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Especialista.

Aprovada em: 05 / 12 / 2025

BANCA EXAMINADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
ROZILENE LOPES DE SOUSA ALVES
Data: 06/12/2025 16:09:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Profa. Dra. Rozilene Lopes de Sousa Alves (UAE/CFP/UFCG)
Orientadora

gov.br Documento assinado digitalmente
BELIJANE MARQUES FEITOSA
Data: 09/12/2025 07:48:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Profa. Dra. Belijane Marques Feitosa (UAE/CFP/UFCG)
Examinadora

gov.br Documento assinado digitalmente
EDINAURA ALMEIDA DE ARAUJO
Data: 16/12/2025 14:33:02-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Profa. Dra. Edinaura Almeida de Araújo (UAE/CFP/UFCG)
Examinadora

gov.br Documento assinado digitalmente
NOZANGELA MARIA ROLIM DANTAS
Data: 17/09/2025 08:53:21-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Profa. Dra. Nozangela Maria Rolim Dantas (UAE/CFP/UFCG)
Suplente

AGRADECIMENTOS

A Deus criador, pela vida .

A minha família pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A universidade, os professores que diariamente transforma vidas.

A minha orientadora Dra. Rozilene Lopes por toda atenção, zelo e disponibilidade nas orientações deste trabalho.

A minha amiga Prof Dra.Lays Regina, presente inestimável que a UFCG me trouxe, para além dos muros da universidade.

A todos que estiveram envolvidos neste trabalho, ninguém está sozinho, ninguém nunca caminha sozinho.

Minha gratidão.

"A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa".

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo objetivou analisar como a participação da comunidade escolar se faz necessária para uma prática democrática a partir da tomada de decisões e suas implicações para a educação do campo. Como questão problematizadora de pesquisa esse estudo apresentou: Quais os desafios e potencialidades enfrentados pela escola do campo para uma acertiva participação da comunidade nas decisões escolares? O estudo contou com o aporte teorico em: Gil (2002), Paro (2008), Libâneo (2008), Luck (2002), Silva (2018), Freire (1986) e Coêlho (1996) sobre gestão democrática, escola do campo e suas contribuições para a educação. Abordaremos, ainda, as exigências de leis e documentos nacionais para educação como a Lei 9394/96 que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), a Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2017). Esta pesquisa tem um caráter qualitativa com abordagem bibliográfica. A democratização da gestão escolar é de extrema importância para o bom funcionamento das nossas intituições escolares. É a partir dela que as opiniões são apresentadas, o diálogo e a discussão ocupam seus lugares para resoluções de problemas, tomadas de decisões e um verddeiro trabalho de rede com a comunidade escolar. Assim a educação é um romper com o preconceito e a estigmatização da educação do campo, e ainda promover a consciência de classe, afim de emancipação e sindicalizar os seus direitos. Nessa perspectiva, nota-se que é crucial mais discussões e estudos sobre a temática para enrriquecer ainda mais o arcabouço teórico para discussões da educação do campo.

Palavras-chave: Educação do campo. Democratização na gestão. Comunidade educativa.

ABSTRACT

This study aimed to analyze how the participation of the school community is necessary for a democratic practice based on decision-making and its implications for rural education. The research question posed was: What are the challenges and potentialities faced by rural schools for the effective participation of the community in school decisions? The study drew on the theoretical contributions of Gil (2002), Paro (2008), Libâneo (2008), Luck (2002), Silva (2018), Freire (1986), and Coelho (1996) on democratic management, rural schools, and their contributions to education. Furthermore, it addresses specific aspects of national laws and documents for education, such as Law 9394/96, the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB), Operational Guidelines for Basic Education in Rural Schools (2002), and the National Common Curricular Base (BNCC) (2017). This research has a qualitative character with a bibliographic approach. The democratization of school management is extremely important for the proper functioning of our school institutions. It is from this that opinions are presented, dialogue and discussion take their place for problem-solving, decision-making, and a true networking effort with the school community. Thus, education is a way to break with prejudice and stigmatization of rural education, and also to promote class consciousness, in order to emancipate and unionize their rights. From this perspective, it is crucial that more discussions and studies on the subject are needed to further enrich the theoretical framework for discussions on rural education.

Keywords: Rural education. Democratization in management. Educational community.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS 13

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA 13

3 A GESTÃO DEMOCRÁTICA: IMPACTOS E AVANÇOS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO 14

3.1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA: APLICABILIDADE NA ESCOLA 14

3.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: ABORDAGENS E CONCEITOS 17

4 EDUCAÇÃO E O CAMPO: POTENCIALIDADES E REALIDADES DA PRÁTICA EDUCATIVA 21

4.1 OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS 21

4.2 DESAFIOS E ANSEIOS 23

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 29

REFERÊNCIAS 31

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem sido discutido projeto de educação para o Brasil, como forma de enfrentar o desafio de constituir-se uma educação de qualidade para todos. Foram formulados princípios básicos para nortear as mudanças propostas neste novo paradigma educacional, que elegem a gestão democrática como um dos meios para o processo de construção de uma cidadania emancipadora, autônoma e capaz de integrar-se aos processos de tomada de decisão.

Emerge, nesse novo processo educativo, a necessidade de buscar uma gestão escolar democrática que tenha dimensão articuladora entre os recursos humanos, burocráticos e financeiros, objetivando o cumprimento da essência da educação que é a formação crítica dos sujeitos, sobretudo, no campo.

A gestão escolar democrática participativa é concebida como um elemento de democratização da escola, que auxilia na compreensão da cultura da instituição escolar e seus processos e, na articulação das relações sociais, da qual fazem parte, os desafios concretos do contexto histórico que vivenciamos.

A concepção de gestão escolar democrática participativa necessita não apenas criar espaços e atitudes autônomas, mas criar e sustentar processos e posições independentes. Nesse sentido, faz-se necessário, repensar o papel do professor, uma vez que, a gestão escolar democrática participativa se constrói no cotidiano escolar, pela vontade, autonomia e objetivos definidos coletivamente.

Este trabalho se apresenta como necessário para o entendimento e discussão sobre a educação do campo, que é tão necessária e urgente para nossa socieade. A educação do campo é essencial para o pertencimento, a garantia dos direitos e da permanência escolar da comunidade rural, que hoje vem enfrentando um sucateamento em investimentos para seu funcionamento.

É necessário uma valorização real da educação do campo por parte do Estado, para que a permanência dos estudantes estejam ligadas ao seu pertencimento educativo e não apenas de reprodução da educação das grandes capitais e centros. A educação do campo é uma das seguridades de reconhecimento da cultura, das tradições e das diversidade do povo, é nela que aprendemos conhecendo e tocando nos objetos de estudo, sempre levando em consideração as leis e as teorias que

regem a nossa educação nacional, desta vez , no que serne a educação do campo e para o campo.

Nessa vertente, este trabalho parte da questão norteadora: Quais os desafios e potencialidades enfrentados pela escola do campo para uma assertiva participação da comunidade nas decisões escolares?

Esta pesquisa tem por objetivo geral: Analisar como a participação da comunidade escolar se faz necessária para uma prática democrática a partir da tomada de decisões e suas implicações para a educação do campo. Como objetivos específicos temos: Compreender como a gestão democrática impacta positivamente a educação no campo; verificar as realções de educação e campo frente as suas potencialidades e realidades e propor estratégias para enfrentamento da ausencia da comunidade escolar frente as decisões na escola.

Nessa perspectiva, o trabalho tem como tema : Gestão democrática na escola do campo: a contribuição da comunidade escolar na tomada de decisões, visando contribuir com os estudos já existentes sobre educação do campo para nossa realidade atual, levando em consideração a aplicabilidades das leis e documentos que assegurem a educação do campo. O objeto de estudo desta pesquisa é então a participação da comunidade escolar para uma gestão democrática no que diz respeito a tomada de decisões.

O referido trabalho apresenta uma metodologia pautada no estudo bibliográfico, apresentando as contribuições de autores para discussões pertinentes para a prática democrática na escola do campo.

O interesse por este estudo surgiu mediante a minha atuação profissional como gestor escolar em uma escola do campo, que enfrenta alguns desafios na quantidade de estudantes, tanto pela diminuição da natilidade como no êxodo escolar, em que muitos estudantes saem de sua localidade para estudarem nas escolas da cidade. São desafios diários enfrentados para o não fechamento e nucleação das escolas do campo. Se faz necessário a participação massiça da comunidade frente as decisões e ações cruciais para a permanência e a manutenção da escola.

Dessa forma, o texto está organizado em tópicos para melhor entedimento e organização do mesmo. Inicialmente, teremos os pressupostos metodologicos, necessário para o desenvolvimento da pesquisa.No segundo tópico traremos as dicussões acerca da gestão democrática, os impactos e avanços para educação do campo, no terceiro tópico as potencialidades e as realidades da prática educativa

frente a educação e campo.

Assim sendo, o foco da reflexão é a importância da promoção da gestão democrática na Escola de campo ,priorizando a participação coletiva na busca de novas propostas, aposta na construção dos objetivos coletivos e funcionamento da escola, esta participação é que irá assegura a gestão democrática, fazendo com que os profissionais se utilizem da tomada de decisão.

2 PRESSUPOSTOS METODOLOGICOS

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O desenvolvimento deste trabalho consistiu na utilização de uma pesquisa de caráter bibliográfico do tipo qualitativa. Para Gil a pesquisa científica tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos".

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (Gil 2002, p.44)

Nessa perspectiva esta pesquisa busca contribuir com os estudos e discussões acerca da educação do campo e da gestão democrática na tomada de decisões diárias para um bom funcionamente e podemos dizer assim da sobrevivência da educação do campo nos dias atuais.

Esta pesquisa utilizou de obras físicas de autores renomados como: Gil (2002), Paro (2008), Libâneo (2008), Luck (2002), Silva (2018), Freire (1986) e Coêlho (1996) sobre gestão democrática, escola do campo e suas contribuições para a educação. E ainda abordaremos as pontualidades de leis e documentos nacionais para educação como a Lei 9394/96 que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), a Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2017). No desenrrolar do trabalho apresentamos contruições pertinentes e alusivas a prática necessária da democracia na escola, para que a educação do campo seja de fato duradoura e eficaz.

3 A GESTÃO DEMOCRÁTICA: IMPACTOS E AVANÇOS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

3.1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA: CONCEITOS E APLICABILIDADE NA ESCOLA.

A democratização da gestão escolar é de extrema importância para o bom funcionamento das nossas intituições escolares. É a partir dela que as opiniões são apresentadas, o diálogo e a discussão ocupam seus lugares para resoluções de problemas, tomadas de decisões e um verdadeiro trabalho de rede com a comunidade escolar. Com isso a gestão democrática contribui muito para o processo educacional participativo.

> Uma gestão de escola estruturada em bases democráticas, fundada na participação da comunidade, terá maiores facilidades de conseguir a adesão de parcelas significativas dos pais de alunos, para atividades culturais que visem à reflexão mais profunda dos problemas educacionais de seus filhos, e que lhes propiciem, ao mesmo tempo, a apreensão de uma concepção de mundo mais elaborada e critica. (PARO, 2008, p.155)

Sendo assim, o trabalho de forma conjunta só é possível se toda a comunidade estiver empenhada em desenvolver uma gestão somativa e que respeite as necessidades, demandas e intencionalidades de cada setor dentro da comunidade. Aqui a cidadania é o exercício necessário para os pais, professores, alunos, funcionários e gestão sempre visando a resolução de problemas, as relações interpessoais e reflexões dos contextos presentes na escola.

A gestão escolar pressupõe três áreas de funcionamento: a gestão pedagógica,a gestão de pessoas e a gestão administrativa.

A gestão pedagógica refere-se a escolha de metas a serem desenvolvidas na escola, de conteúdos curriculares,ações que venham a desenvolver resultados esperados por todos. Nessa gestão o gestor tem o papel de articulado de ideias juntamente com o coordenador pedagógico e os demais componentes da escola.

A gestão de pessoas requer mais uma atenção, pois envolve pais, alunos e toda a comunidade escolar têm como finalidade fazer com que as pessoas trabalhem em conjunto e possam desenvolver ações comportamentais.

A gestão administrativa envolve os aspectos do patrimônio que vão desde a estrutura física até os materiais que ali se encontram até a questão administrativae

entre outros. O gestor tem como papel gerencia-los de forma adequada para que sejam utilizados de maneira correta. A escola além de oferecer conteúdos de ensino também precisa propiciar salas de ensino adequadas para os alunos, materiais didáticos em quantidades suficientes, total adequado de alunos para cada professor, os professores terem autonomia profissional eresponsabilizar-se pelo êxito ou fracasso dos alunos e os pais serem chamados a envolver-se nas atividades propostas pela escola.

Ainda mais, para Libâneo (2013, p.89): A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar.Essa participação visa o maior engajamento das pessoas na definição de ações para a melhoria do ensino na escola.

Para uma eficaz prática em gestão participativa se faz necessário obviamente a participação ativa e efetiva da comunidade escolar. Essa participação é realmente a mola mestre da democracia na escola em sua gestão. Podemos assim dizer que,

> A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima e trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais. (LIBÂNEO, 2008, p. 450-451)

Assim constatamos, que não é possível que haja uma gestão democrática e legítima sem a participação de sua comunidade, essa participação validam suas ações e evidenciam a democracia dentro da escola.

A LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de n° 9.394/96, nos apresenta em seu 14º artigo versa sobre a gestão democartica pela participação e autonomia da comunidade: "I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes." (BRASIL, 1996).

Na escola o Projeto Político Pedagógico reflete essa construção coletiva e participativa pela comunidade para uma gestão democrática ativa. Além do Projeto temos os conselhos escolares, presente nas instituições escolares, afim de

democratizar e gerar acesso e participação da comunidade nas decisões e acontecimentos da escola.

> O Conselho Escolar, entre outros mecanismos, tem papel decisivo na gestão democrática da escola, se for utilizado como instrumento comprometido com a construção de uma escola cidadã. Assim, constitui-se como um órgão colegiado que representa a comunidade escolar e local, atuando em sintonia com a administração da escola e definindo caminhos para tomar decisões administrativas, financeiras e político-pedagógicas condizentes com as necessidades e potencialidades da escola. Desta forma, a gestão deixa de ser prerrogativa de uma só pessoa e passa a ser um trabalho coletivo, onde os segmentos escolares e a comunidade local se congregam para construírem uma educação de qualidade e socialmente relevante. Com isso, divide-se o poder e as conseqüentes responsabilidades. (GRACINDO, 2007, p.39)

Nessa perspectiva, o conselho escolar assume o papel emancipatório e de total autonomia no dia a dia escolar, na distribuição, na divisão de funções e atribuições necessárias para o bom funcionamento da instituição.

Aqui concordamos que grandes são os desafios encontrados para a uma efetiva participação dos pais e responsáveis no cotidiano escolar, esse distanciamento causa duras dificuldades aos que necessariamente deveriam ter uma proximidade maior para com a escola e na sua realidade mudarem o rumo das decisões.

> Há uma quase total ausência de participação da comunidade nos assuntos da escola, principalmente no que diz respeito ás camadas sociais mais pobres, precisamente aqueles que talvez pudessem mais se beneficiar de um contato mais estreito com a escola, pelo menos em termos de orientação a respeito do desempenho de seus filhos no ensino, esta, todavia, não é uma questão que a escola sozinha possa resolver, por completo, já que existem problemas estruturais ligados as condições precárias de vida em que se encontram as famílias, que impedem a maioria dos pais de participarem. (PARO, 2008 p.163).

Assim, uma das maiores dificuldades da escola para um trabalho em conjunto é realmente a participação e o engajamento dos pais nos convites e nas convocações necessárias de suas presenças e opiniões pontuais para o sucesso das atividades, por mais que saibamos que os mais beneficiados com essa proximidade são os pais ou responsáveis e alunos, não conseguimos uma adesão pertinente dos pais e ou responsáveis no chão da escola.

Para tal, diante dessa dificuldade Luck (2002) afirma que:

> A participação significa, portanto, a intervenção dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais) na gestão da escola. Há dois sentidos de participação articulados entre si: a) a de caráter mais interno, como meio de conquista da autonomia da escola, dos professores, dos alunos, constituindo prática formativa, isto é, elemento pedagógico, curricular, organizacional; b) a de caráter mais externo, em que os profissionais da escola, alunos e pais compartilham, institucionalmente, certos processos de tomada de decisão (LUCK, 2002, p.66)

Nessa perspectiva, a gestão escolar só será participativa quando os seus sujeitos tomarem consciência de que as ações que são realizadas na escola e pela gestão visam a qualidade de ensino, a organização e a concretização de objetivos próprios da instituição. E que somos responsáveis por todo o processo de funcionamento, de concessão e estamos adeptas as vitórias da escola e também sujeitos e responsáveis por suas quedas, que por ventura venha acontecerem devido ao não exercício da participação escolar nas decisões da mesma.

A escola por sua vez, para uma efetiva gestão participativa e democrática não pode ficar apenas nas reclamações e murmúrios e sim usar da sua autonomia para possibilitar a proximidade da comunidade escolar. Só assim teremos embasamento para afirmarmos que vivenciamos uma gestão democrática de fato e direito.

> A autonomia da escola exige um maior controlo social por parte da comunidade, ela só pode tornar-se efetiva se contar com o empenhamento e participação dos que vivem o dia a dia da escola, assegurando com o seu trabalho o cumprimento da sua missão. São eles os professores (bem como o pessoal não docente e outros adultos que prestam serviço na escola ou colaboram na realização de tarefas educativas) e os alunos (vistos não como "cliente" ou "consumidores", mas sim como "trabalhadores" e co-produtores da ação educativa). (BARROSO, 2013, p.40)

Com isso, a escola deve ser protagonista dessa mediação e responsável pelo contato direto e esclarecedor para a toda comunidade escolar, sempre visando a sua efetiva participação e concretização da realidade para uma efetiva prática democrática educacional. Vale salientar que se a escola estiver empenhada em oferecer oportunidades e aberturas para o engajamento da comunidade, toda essa distância existente poderá ficar no passado e passar a ser de verdade uma atividade corriqueira na gestão e na participação da escola.

3.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: ABORDAGENS E CONCEITOS

A educação do campo sempre foi pauta de discussões sobre o acesso da educação para as comunidades rurais, propriamente dita essa garantia de direitos passou a valer quando transformada em política pública no final dos anos noventa e em 2002 teve sua resolução CNE/CEB nº 1/2002, que se atenta a LDB que nos apresenta que:

> Art. 2° - Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal (BRASIL, 2002, p. 37).

Podemos assim considerar essa aprovação como um importante avanço para a educação do campo. Amparada pela lei educacional do país, que mesmo de forma lenta se apresenta como um pontapé inicial para as lutas de seguridade da educação do campo para sua população.

A educação do campo surge como uma maneira de contextualizar o ensino mediante a necessidade e realidade dos estudantes rurais, vítimas da precarização do ensino e ainda da sua elitização. Pensar educação para as bases e suas realidades é necessário para que o ensino e aprendizagem tenha sentido e que assim seja de fato satisfatório aprender. É pensar educação com sentido e com foco no sujeito.

> Definir educação rural é preciso começar pela identificação do sujeito a que ela se destina. Para estes sujeitos, quando existe uma escola na área onde vivem, é oferecida uma educação na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas, não havendo, de acordo com os autores, nenhuma tentativa de adequar a escola rural às características dos camponeses ou dos seus filhos, quando estes a frequentam. (RIBEIRO, 2012. p. 293)

Nota-se que a educação dos grandes centros não condiz com a realidade do campo. Os exemplos, os conteúdos e as dinâmicas não podem fazer parte desse calendário. Não podemos criar personagens fictícios do campo para uma produção barata de êxodo, buscando satisfazer a elite econômica, encabeçada por grandes

empresários e políticos, que por sua vez, aprovam e desaprovam as leis vigentes no país, e sim propiciar o pertencimento dos estudantes do campo com sua valia e empoderamento necessário para o protagonismo social necessário em sua carreira.

Infelizmente ainda enfrentamos muitos julgamentos em relação a educação do campo, que ainda é vista como uma educação precária e sem investimentos. É necessário pensar um ensino que garanta as crianças, jovens e adultos permaneçam no campo, estudando e se desenvolvendo no seu lugar, enraizando suas identidades e história, diferentemente da educação rural que fora pesada para o povo do campo, em que se ligava muito a reprodução dos estilos urbanos de ensino, com a educação do campo poderemos contrapor a tradicionalidade do ensino. (SILVA, 2018). Sendo assim,

> O movimento da Educação do Campo verdadeiramente ocupa o latifúndio educacional e rompe com as cercas da intolerância. São várias ações e mobilizações locais, regionais, estaduais e nacionais, que comprovam os valores e os resultados da ação conjunta e unida rumo à garantia do direito educacional. (ROSSI, 2014. 43)

Assim, a educação é um romper com o preconceito e a estigmatização da educação do campo, e ainda promover a consciência de classe, afim de emancipação e sindicalizar os seus direitos.

Podemos observar que a maioria dos avanços presentes na educação é fruto de muitas lutas e reivindicações, e na educação do campo não é diferente. As lutas são necessárias para romper com as barreiras do acesso a educação de qualidade e com reconhecimento do espaço rural e suas potencialidades.

> O movimento da Educação do Campo, em seu processo de mobilização pela afirmação e fortalecimento das práticas pedagógicas das Escolas do Campo, instiga as políticas públicas a compreenderem o campo como um espaço emancipatório, como um território fecundo de construção da democracia e da solidariedade, e de lutas pelo direito á terra, às águas, a floresta, a soberania alimentar, a saúde, a educação, ao meio ambiente sustentável, enfim, a um lugar de direito (Silva, 2018. P 54).

Desse modo, pensar educação do campo é trabalhar com direitos humanos, é possibilitar o pertencimento da população camponesa, contextualizando suas identidades. É não ter vergonha ou medo de ser do campo. É poder ser assegurado pelo ensino e pelo acesso aos mecanismos necessários para aprendizagem.

Não podemos conceituar educação do campo sem pensarmos nas lutas por sua permanência e manutenção, por uma educação que realmente seja conivente ao seu modo de viver e conviver com a sua comunidade.

> Como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. E, como análise, é também compreensão da realidade por vir, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação (CALDART, 2012, p. 262)

Esta educação sempre foi alvo de muitas lutas e resistências, dos movimentos socias, das associações e dos movimentos rurais. Essa educação a partir de sua conquista, assume então um papel de transformação e de resistência, mostrando que é possível estudar e aprender no campo, na sua terra e rodeado de seus costumes.

É na educação do campo que nos sentimos pertencentes dos conteúdos e das dinâmicas de ensino, é poder visualizar nos trabalhos de geografia um rio ou um açude ao invés do mar, é poder estudar a vegetação típica local, ao invés de se reconhecer em uma vegetação que nem em livros e fotografias se conhecem. É estudar textos e abordagens que contém a história do nosso povo e da nossa existência.

Enfim, a educação do campo é resistência e será assim necessário ser. Lutar pela educação do campo é lutar pelo direito assistido na constituição, é assegurar o aceso e a permanência. É acima de tudo possibilitar as novas gerações viver no campo com prazer e satisfatoriedade.

> Assim, a concepção de escola do campo a ser tratada aqui se enraíza no processo histórico da luta da classe trabalhadora pela superação do sistema do capital. O acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo fazem parte desta luta. (Molina, Sá. 2012, p. 327)

Dessa forma, é crucial que a escola do campo resista com sua população em meio a tantos desafios e possam assegurar seus direitos necessários, se unindo a comunidade para o diálogo e para a construção de ideias e metas para a real manutenção desse acesso.

4 EDUCAÇÃO E O CAMPO: POTENCIALIDADES E REALIDADES DA PRÁTICA EDUCATIVA

4.1 OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

A educação do campo possibilita aos camponeses inclusão, intedificação, fortalecimento da cultura e reconhecimento de sua hitória. È a partir da educação no campo que possibilitamos o acesso real e necessário ao ensino de qualidade e criamos condições estratégicas de permanência do habitantes do campo em suas regiões.

Esta educação se faz real e necessária por atender a demanda da cama rural que enfrenta grandes dificuldades para o ingresso e contuidade da escolarização. Não é necessariamente preciso que os estudantes do campo saiam de suas realidades para apreder, ou para terem acesso a educação. Dowbor (2007, p. 7) nos apresenta que "a educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la". Assim as oportunidades de acesso devem ser possibilitadas diariamente a essa população, afim de confirmar sua importância e relevância na construção do país. Não sendo apenas números de um resultado fajuto de rendimento escolar, mas um novo tempo para incentivos e protagonismos sociais dos estudantes do campo com suas especificidades e habilidades. Para Caldart (2005. p.27), "o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive". Muito mais que um simples direito a escolar, é uma seguridade educacional, parte para uma justiça social para com o povo do campo.

Partindo do pressuposto educacional, educação do campo ainda enfrenta grandes dificuldades para sua concepção e desenvolvimento, que vai das estruturas de funcionamento da escola, até a formação de professores para educação do campo. É necessário romper as barreiras existentes para a falta de investimentos e sucateamento da educação do campo. É criar metas e visões para o enfrentamento dos desafios. Só assim poderemos consolidar as lutas e avanços da educação do campo. Para Kolling etal (1999, p. 29) "Não basta ter escolas no campo. É necessário ter escolas com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo".

A educação para o campo além de inclusiva e determinante de identidade deve

prezar pela autonomia e emancipação do sujeito de forma clara e objetiva capazes de decidirem, tomarem posições e assumirem responsabilidades com seu futuro.

> Mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser. Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar. Divinizar ou diabolizar a tecnologia ou a ciência é uma forma altamente negativa e perigosa de pensar errado. (FREIRE, 2010, p. 33).

Sendo assim é pertinente pensar a nossa autoformação como inacabada, sempre em construção. Somos construidos diariamente através das nossas vivências.

A prática da educação no campo não se faz diferente, busca-se todos os dias a formação necessária para emancipação do sujeito atenta a sua realidade diária. Começar, se refazer e adaptar sempre será os mecanismos pertinentes para uma construção solida e continuada do cidadão.

Paulo Freire nos apresenta que:

> Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente. A invenção da existência a partir dos materiais que a vida oferecia levou homens e mulheres a promover o suporte em que os outros animais continuam, em mundo. Seu mundo, mundo dos homens e das mulheres. A experiência humana no mundo muda de qualidade com relação à vida animal no suporte. (FREIRE,2010, p. 50).

Aqui podemos reconhecer que somos seres inacabados e em perfeita construção, as nossas escolhas dizem muito de nós mesmos. È crucial que todos nós construamos a nossa própria história nesse mundo, pautada nas lutas e crenças que fazem parte do nosso cotidiano. Se autoconstruir e autoavaliar para que assim seja propriamente o proprio protagonista de sua história. A conciência se faz necessária para um verdadeiro pertencimento na busca de sempre ser mais.

> A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca. Na verdade, seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse em tal movimento. É neste sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. (FREIRE, 2010, p. 57).

A consciência do ser humana vai de encontro com a urgência e real necessidade da educação. Se reconhecr inacabado e em construção é o primeiro passo para o aprimoramento da realidade. Na educação do campo, homens e mulheres devem reconhecer-se na sua pluralidade de sinonimos a sua formação para seu desenvovimento escolar, evolução acadêmica e no percurso formativo.

Freire, 1986, nos afirma que

> Mudamos nossa compreensão e nossa consciência à medida que estamos iluminados a respeito dos conflitos reais da história. A educação libertadora pode fazer isso – mudar a compreensão da realidade. Mas isto não é a mesmacoisa que mudar a realidade em si. Não. Só a ação política na sociedade podefazer a transformação social, e não o estudo crítico em sala de aula (FREIRE 1986 p. 207).

Aqui, para que aconteça uma consciência é necessários nos libertarmos, para que essa libertação aconteça de fato devemos ser cientes da nossa realidade de quem somos, onde estamos e onde queremos chegar. Enxergar que apartir de nossa rsalidades podemos mudar a nossa realidade e instigarmos novas pessoas a serem emancipados e coerentes com sua realidade, nunca resumidos e sim abertos a todas asa relidades que possam surgir no percurso. A educação do campo deve então partir para novas realidades e abordagens, sempre tomando como ponto de partida a sua.

4.2 DESAFIOS E ANSEIOS

A educação do campo padece de muitas dificuldades, por mais que apresente potenciais importantes para investimentos e pontuais discussões de inclusão e pertencimento para seu público alvo, aind é vissivel tantos e tantos descasos para com ela.

Para início de discussão podemos abordar as abordagens do trabalho pedagógico para a educação do campo, fundamentado no conceito de educação e na formação de sujeitos próprios do campo, valorizando a existência do campo e

potencializando a apredizagem significativa no campo.

> [...] a educação do campo não pode se desvincular de sua materialidade de origem: a luta pela terra, pela vida, por uma agricultura que contenha a cultura e o manejo sustentável dos ecossistemas e a memória camponesa de resistência, de modo que a construção do seu projeto político-pedagógico e de escola esteja orientado para a formação de sujeitos lutadores e construtores do futuro, sujeitos capazes de conhecer a realidade social contraditória e de se engajar em um projeto de transformação de seu meio e da sociedade. (FERREIRA, 2018, p. 74).

É crucial que a concretização das práticas educativas possibilite a vivência da educação do campo e sua formação para os próprios sujeitos do campo. Para tal, Amorim (2017, p. 55), nos indica que "é clara a necessidade de um pensamento educacional voltado para as especificidades da educação e da escola do meio rural". Esse pensar é basicamente o planejamento, que se precisa para que a educação do campo de fato esteja munida aporte para seu desenvolvimento e pontualidade na prática verdadeira de ensino e aprendizagem.

Ainda no tocante as dificuldades podemos apontar a formação para professores do campo, esta que deve apresentar as adaptações para o trato com as abordagens da realidade escolar na qual irá atuar.

> Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
> I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância;
> II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
> III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

Aqui podemos notar a impotância da formação do professores para uma prática efetiva e com sentido para o educador e para os educandos, realizando com responsabilidade a seu papel de educador. Mesmo diante dessa exigencia para atuação na educação do campo, muitos profissionais atuam nas escolas sem uma preparação necessária e que atenda de verdade a demanda da comunidade escolar. Isso só vem a prejudicar o desenvolvimento e a cnstrução eficaz de conhecimento.

Para isso Coêlho (1996) nos apresenta uma caracterização para os

professores em sua atuação como sendo,

> Aqueles "capazes", portanto de pensar a prática, as formas de existência individual e coletiva, a escola e a educação em geral, em sua complexidade e historicidade e de recriá-las por inteiro; de compreender os processos concretos de produção e reprodução dos saberes, no plano da sociedade e da escola em seus aspectos didático-pedagógicos, de ir além do já dito e já feito. (Coêlho 1996, p.39)

A partir desse olhar, notamos que não é apenas um fazer de conta na escola, e sim assumir com responsabilidade o papel de educador, preparado e com embasamento teórico para sua prática dentro da escola do campo. É atuar para transformar vidas e incentivar a criticidade e o protagonismo dos estudantes.

> ensinar não é para aventureiros é para profissionais, homens e mulheres que além dos conhecimentos na área dos conteúdos específicos e da educação assumem a construção da liberdade e da cidadania do outro como condição mesma da realização de sua própria liberdade e cidadania". (Coêlho 1996, p.41)

Com isso, ser um bom educador e educar de verdade não requer apenas o esforço pessoal do professor e sim a disponibilização de recursos e incentivos profissionais para uma prática acertiva e de resultados.

Dentre as dificuldades para educação do campo podemos apresentar o grande desafio desse ensino a multissérie, que surge como uma enorme complexidade para os professores nas diversas realidades. A gestão de diferentes níveis de aprendizado em uma mesma turma, a complexidade do atendimento e, sobretudo, a formação docente especializada para lidar com essa diversidade e adaptar o currículo à realidade dos alunos.

A multissérie apresenta uma realidade complexa e desafiadora, de um lado, é benéfico para a educação do campo pelo pequeno número de alunos num mesmo espaço, sem que estes precisem se deslocar para a cidade, por outro lado, a retirada das escolas de campo , tiram os alunos da sua realidade.Assim sendo, os professores se esforçam para que haja um bom desenvolvimento em sala, mas não se pode negar que ainda se constitui um desafio gigantesco para o professor , uma vez que,escolas multisseriadas, especialmente em áreas rurais, enfrentam a falta de materiais didáticos e tecnologia adequada, o que dificulta a implementação de atividades

práticas, além de não possuirem o material e o apoio necessário para o desenvolvimento de suas atividades.

Com isso o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP confirma a nossa ideia de que,

> Algumas experiências têm demonstrado que o problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente, na ausência de uma infraestrutura básica – material e de recursos humanos – que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino aprendizagem. Investindo nesses aspectos, as turmas multisseriadas poderiam se transformar numa boa alternativa para o meio rural, atendendo os anseios da população em dispor de uma escola próxima do local de moradia dos alunos, sem prejuízo da qualidade do ensino ofertado, especificamente no caso das séries iniciais do ensino fundamental (Brasil, 2007, p. 25-26).

Aqui a educação do campo, utiliza das potencialidades locais e existentes na sala de aula, possibilitando o acesso a escola em casa. Enquanto educadores do campo, devemos conscientizar a nossa comunidade escolar sobre os benefícios da educação do campo e de como a educação com as multisséries podem contribuir para essa permanência da escola perto de casa. É se sentir pertencente da realidade e abraçar a causa.

Outra dificuldade para a escola do campo e suas especificidades é a falta de estrutura para funcionamento e com isso o fechamento das escolas. A resolução nº 40 do CNE/CEB cerne sobre as exigências para as dependências das escolas do campo, para eu o ensino seja de fato equitativo para todos.

> As escolas do campo são as que estão em piores condições de infraestrutura para receber estudantes, quase 20% não possuem energia elétrica. Está na faixa de 90% a quantidade de escolas sem biblioteca e laboratório de informática. Menos de 1% dos estabelecimentos de ensino no campo estão equipados com laboratórios de ciências. (BRASIL, 2011, p. 24).

Mesmo com os apontamentos das diretrizes as realidades apresentadas pelas escolas do campo andam distantes de acontecer verdadeiramente. E ainda continua sendo uma das grandes dificuldades enfrentadas pela escola do campo.

Com a diminuição dos mecanismos de assintencia para o campo, vem o sucateamento e pór conseguinte o fechamento das escolas do campo. Infelizmente

essa prática muito acontece na realidade de hoje, em que se utiliza de onibus escolares para transportar os estudantes para a cidade, fechando as escolas e nucleando o ensino.

Munarim (2011) reforça que:

> De fato, por toda a década que passou, e hoje ainda, é prática muito comum o fechamento de escolas no campo. Entendem esses governantes estaduais e municipais que fechar uma escola no campo e transportar os alunos remanescentes é menos oneroso ao erário público e, de quebra, mais civilizatório ou modernizante, afinal, ainda nessa visão, a escola urbana seria o ideal almejado por todos. Enfim, trata-se do império da racionalidade econômico-financeira e da ideologia do desenvolvimento capitalista urbano centrado. Por essa perspectiva, não se levam em conta os prejuízos sociais causados com esses procedimentos administrativos de desterritorialização de pessoas e comunidades inteiras (MUNARIM, 2011, p. 53).

Nessa linha de pensamento, pode-se afirmar que o fechamento e nucleação das escolas do campo afeta não somente a escola, mas toda comunidade na qual a escola faz parte. O processo pode aprofundar a desigualdade ao concentrar a educação nas áreas urbanas, retirando as crianças da realidade local, onde estas têm maior proximidade, promovendo a completa extinção das escolas de campo.

Levando-se em consideração que as dificuldades de acesso das crianças o exodo rural volta a acontecer e muitas localidades com poucas familias tendem a desaparecer. O que não e interessante para a escola do campo.

Arovada em 2017 a Base Nacional Comum Curricular- BNCC versa sobre um padrão geral educacional para todo o país. Vejamos um trecho:

> A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1 , e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)2. (BRASIL, 2017, p.7)

Como podemos notar há um equivoco no que preconiza a BNCC, uma vez que o documento que se constitui como base para toda a educação nacional, esquece as especificidades presentes nas realidades das escolas em todo o país, no tocante a falta de infraestrutura, desvios na formação docente, mínimos investimentos para as escolas, e principalmente para as escolas do campo que diariamente enfrentam esse sucateamento por parte do Estado. Outro ponto pertinente é quando o documento se apresenta como uma base normativa curricular, quando na verdade não se configura como currículo. Sobre currículo Silva (2003) nos diz que currículo deve ser entendido como uma questão de poder,e nos lembra que "selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder" (Silva, 2003, p. 16)

Sendo assim, o currículo do campo é uma decisão de poder para os que realmente fazem parte do campo. Não podemos vivenciar as ideias e determinações dos grandes centros em uma realidade diferenciada, em que o currúculo necessário para formação do homem no campo reflete a sua vivencia cotidiana no roçado, na agricultura e não nos grandes centro e vizualizando os arranha céus. Com isso a Base apresenta um modelo unico para diferentes realidades. Será que a realidades de cada lugar ou região serão apagadas e equecidas? Ou como poderemos viver uma bnacional comum curricular se infelizmente não possuimos uma base nacional que gerencie exclusivamente as destinações de recursos de forma igualitaária paras as intituições.

Dessa forma, o currículo deve ser pensado pensando na emancipação do sujeito a partir de práticas educativas exitosas no contexto em que as ecolas estejam inseridas, seja no campo ou na cidade. O fechamento de escolas rurais pode aumentar a desigualdade educacional, afastando os alunos de suas comunidades e da escola,prejudicando o acesso à educação, a identidade local. Fechar e nuclear escolas do campo em outros do campo em outros espaços, nem sempre garante melhorias para o processo educativo e formação humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado objetivou analisar como a participação da comunidade escolar se faz necessária para uma prática democrática a partir da tomada de decisões e suas implicações para a educação do campo. Nota-se que por muito tempo as escolas do campo sofrem com a marginalização das politicas publicas educacionais para uma efetiva segurança educacional aos camponeses em suas realidades.

Podemos considerar que a aprovação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (Brasil,2002) foi uma grande conquista para a escola do campo, tendo em vista que o documento defende a oferta do ensino do campo atendendendo as especificidades e as necessidades dos camponeses em sua própria localidade.

Nesse contexto, as escolas do campo enfrentam grandes dificuldades ora apresentadas neste trabalho. È crucial que toda a comunidade escolar seja responsavel pela luta e consciência da segurança escolar no campo . Durante o trabalho, procuramos evidenciar a importância da participação e do protagonismo da comunidade escolar na tomada de decisões para uma gestão verdadeiramente democrática. O sujeito conciente se empodera de suas convicções e partem para a reeinvidicações de direitos e seguridade. O pertencimento e a identificação com as lutas camponesas em prol da educação devem verdadeiramente partir de seus próprios sujetitos. Pois tratar de sua própria realidade na garantia de dieritos se torna mais valioso, por estar em seu lugar de fala. A escola por sua vez, deve promover essa interação e incentivo dos estudantes e comunidade para com a luta pela educação para todos. A escola deve ainda destacar a sua importância para o campo e para sua comunidade. Os avanços, as urgências e as necessidades partem da conscientização dos sujeitos para o reconhecimento da relevância social das comunidades do campo.

Neste estudo, buscamos apresentar contruições necessárias e urgentes sobre a educação do campo, os desafios, suas realidades, anseios e potenciais . Abordamos a educação do campo como espaço ideal para convivência fraterna, espaço de lutas e protagonismo. Destacamos sua relevância e necessidade plena de desenvolvimento para os camponeses em suas próprias localidades, garantindo assim o direito a

educação para todos. Ainda apresentamos a urgência e necessidade da formação dos professores para atuação na escola do campo.

Abordamos as dificuldades para a manutenção da educação do campo e as nuances seu funcionamento. Apresentamos algumas realidades necessárias para a getão democrática na escola do campo, mediante a participação da comunidade nas decisões da escola. Discorremos sobre as contribuições de autores para a educação do campo, bem como mensaionamos documentos normativos para a educação do campo.

Endagamos críticas substanciais as afirmações de leis que versam sobre a a forma unica e homogenea da educação em todo o pais. Vale salientar a pluarlidade e as diversas realidades em que as nossas escolas estão inseridas., sobretudo as escolas do campo.

Pelo exposto, vimos a importância dos debates e discussões acerca da educação do campo sobretudo sobre a sua realidade de funcionamento. Mediante a imerssão nesta realidade cotidiana, nasce o desejo de pesquisar sobre a temática e apartir dela ser um instrumento de reivindiação pela educação do campo. Tendo em vista que toda minha formação foi vivenciada em escola do campo, e que carrego nas origens a educação mais próxima de casa, cheia de afeto, de boas companhias e de realidades conhecidas por todos nós. Com o passar do tempo e avanços nos estudos vem graduação e a atuação direta no campo na gestão escolar, recordando as origens e reafirmando o poder de luta pela nossa clase se e pela educação do campo.

Nessa perspectiva, nota-se que é crucial mais discussões e estudos sobre a temática para enrriquecer ainda mais o arcabouço teórico para discussões da educação do campo.

O fechamento das escolas do campo é um retrocesso. Essa política evidencia a desvalorização da agricultura familiar e a supervalorização da monocultura, do agronegócio. Demonstra uma lógica de campo sem gente, pois, sem escola ou condições de permanência nas áreas rurais, os níveis de êxodo tendem a aumentar.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Lívia dos Reis. Educação ambiental nos assentamentos de trabalhadores rurais do município de Buritis-MG: qualificação tecnológica para preservação do Bioma Cerrado. Assunção, PY, 2017. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Americana, 2017.

BARROSO, João. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilidade da gestão escolar em Portugal, In: NauraSyriaCarapeto Ferreira, (org.).Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios -8ªed.- São Paulo: Cortez, 2013.

Brasil. (2007). *Panorama da educação no campo*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/panorama-da-educacao-do-campo

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. CNE/MEC, Brasília, 2002.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Brasília, DF: MEC/SEF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Resolução Nº 40 do CNE/CEB, de 26 de Julho De 2011. Disponível em: <www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3463-resolução-cd-fnde-nº-40-de-26-de-julho-de-2011>. Acesso em: nov 2025.

CALDART, R.S. Elementos para a construção do projeto político-pedagógico da Educação do campo. In: PARANÁ, Secretaria de Estado de Educação. Cadernos Temáticos: Educação do Campo. Curitiba: SEED/PR, 2005. p. 23-34.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. *In:* CALDART, Roseli Salete. Et al. Dicionário de Educação do Campo. São Paulo: Expressão popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. Et al. Dicionário de Educação do Campo. São Paulo: Expressão popular, 2012.

COÊLHO, I. M. Formação do educador: dever do estado, tarefa da universidade. In: BICUDO, M. A. V.; SILVA JÚNIOR, C. A. da (Orgs.). Formação do educador: dever do estado, tarefa da universidade. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

DOWBOR, Ladislau. Educação e apropriação da realidade local. 2007. Disponível em: <http://dowbor.org/2006/04/educacao-e-desenvolvimento-local-doc.html/>. Acesso em: 04.nov.2025.

FERREIRA, Caroline Lins Ribeiro. Educação ambiental dialógico-crítica e sua relação com a prática da agroecologia e da educação do campo no território do extremo sul da Bahia: entre o descompasso e o desafio de transformação. São Carlos, SP, 2018. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, 2018. Disponível em https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10637 . Acesso em: 03.11.2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 41ªreimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GRACINDO, Regina Vinhaes.Gestão democrática, nos sistemas e na escola. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Ir; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). A Educação Básica e o Movimento Social no Campo (Memória). Brasília, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5ªed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LUCK, Heloisa. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. São Paulo: Cortez, 2002.

MOLINA, Mônica Castagna, FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. In:_ MOLINA, Mônica Castagna, FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo,2012.

MUNARIM, A. Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção. 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT03-4244--Int.pdf>. Acesso em: nov.2025.

PARO, Vitor Henrique, Administração escolar: introdução crítica. -15ªed.- São Paulo: Cortez, 2008.

RIBEIRO, Marlene. Educação Rural. In: CALDART, Roseli Salete. Et al. Dicionário de Educação do Campo. São Paulo: Expressão popular, 2012.

SILVA, Maria do Socorro. Nas Trilhas da memória da Materialização da Escola no Campo Brasileiro: Da Educação Rural á Escola do Campo. In: COELHO, George Leonardo Seabra e ARAÚJO, Gilberto Paulino. Educação do Campo e Cidadania no Brasil Contemporâneo. Palma/TO. Eduft, 2018.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.